



Programa das Nações Unidas para os Assentamentos Humanos
(ONU-Habitat)

&

Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
(PNUD)

Projeto BRA/19/013 - Programa de Prevenção ao Crime e à Violência de
Pernambuco

Etapa 1

Valor: USD 83.408

Produto 1.2: Nota metodológica para a elaboração do relatório “Diretrizes para
melhorar a prevenção ao crime e à violência por meio da governança, gestão e
planejamento urbano nos espaços públicos de Pernambuco”

Data de entrega: 18 de fevereiro de 2021



1. Apresentação

Este produto tem como objetivo apresentar a nota metodológica para a elaboração do relatório “Diretrizes para melhorar a prevenção ao crime e à violência por meio da governança, gestão e planejamento urbano nos espaços públicos de Pernambuco”, como consta no acordo de contribuição firmado no dia 24 de setembro de 2020 entre o ONU-Habitat e o PNUD no contexto do Projeto BRA/19/013 “Programa de Prevenção ao Crime e à Violência de Pernambuco”. Esta nota metodológica apresenta a visão e metodologias do ONU-Habitat para o desenho de espaços públicos.

Esta nota metodológica não é uma versão definitiva, e sofrerá adaptações até que as oficinas de desenho de espaços públicos sejam agendadas, de fato. Por se tratar de uma metodologia participativa, será necessário avaliar com cautela a situação de Pernambuco com relação à COVID-19 para que seja decidido se as oficinas ocorrerão presencial, virtualmente ou em uma modalidade híbrida. Até o momento, as oficinas serão realizadas presencialmente, com a adoção de medidas de prevenção recomendadas pela Organização Mundial da Saúde (OMS), como o distanciamento, uso de máscaras, disponibilização de álcool em gel, limitação do número de participantes e a priorização de ambientes abertos ou com ventilação. Diante da impossibilidade de as oficinas ocorrerem presencialmente, por orientação das autoridades locais e de acordo com a situação da pandemia no estado, serão adotadas formas alternativas de mobilização e engajamento virtual, com base em metodologias já realizadas pelo ONU-Habitat em projetos análogos. É importante ressaltar que independentemente das ferramentas definidas para realizar essas oficinas, a qualidade do resultado final não será prejudicada.

Os territórios que serão contemplados pela metodologia estão em processo de seleção por meio de um Grupo de Trabalho composto pela Secretaria de Políticas de Prevenção à Violência e às Drogas (SPVD), ONU-Habitat, UNODC e Instituto Igarapé. Esse Grupo de Trabalho foi estruturado com o intuito de os parceiros do Programa de Prevenção ao Crime e à Violência de Pernambuco articulem seus temas e produtos, para que exista uma cooperação mais efetiva entre os diferentes eixos do projeto e que a escolha de territórios seja feita de forma colaborativa e seja coerente com o trabalho desenvolvido pelos demais parceiros (UNODC e Instituto Igarapé). Com isso, estamos trabalhando de forma conjunta para essa definição que, uma vez feita, possibilitará também o mapeamento de atores relevantes nesses territórios, tarefa essencial para realização de metodologias participativas. Após a reunião de 4 de fevereiro do Pacto pela Vida, com participação do Governador do Estado de Pernambuco, Paulo Câmara, ONU-Habitat, UNODC e Instituto Igarapé, o público-alvo do projeto e



territórios de atuação também têm sido repensados de acordo com a dinâmica do Pacto e com o objetivo de contribuir para o monitoramento da prevenção no estado.

Além disso, quinzenalmente, desde novembro de 2020, têm sido realizadas reuniões de acompanhamento do projeto, com a participação de todas as organizações envolvidas e representantes da SPVD e Secretaria de Planejamento e Gestão (Seplag) para monitorar sua implementação e permitir uma maior articulação entre as agências e seus produtos. Com o estabelecimento da equipe local do projeto (fevereiro de 2021), novas reuniões com atores relevantes do Governo do Estado, municípios que receberão as oficinas e sociedade civil serão realizadas para identificar oportunidades de cooperação e fornecimento de informações que apoiem e potencializem a realização das oficinas de desenho de espaços públicos.

2. Espaços públicos e as agendas globais de desenvolvimento

A oferta de espaços públicos é cada vez menor e desigual devido ao desenvolvimento não planejado, redes de ruas inadequadas, superlotação, ocupação inadequada, manutenção deficiente e privatização. Isso significa que o espaço público é muitas vezes inacessível a diversos grupos da sociedade. Os desafios de um espaço público inadequado compõem as desigualdades espaciais e prejudicam as comunidades urbanas pobres e vulneráveis. Cidades de todo o mundo trabalham para identificar abordagens pertinentes e baseadas no contexto local para preparar e implementar intervenções no espaço público em diferentes escalas e também para sua manutenção. Entre os diversos impactos da pandemia da COVID-19 ficou ainda mais claro como os espaços públicos são fundamentais para os grupos vulnerabilizados, e um bem importante para a implementação de medidas de emergência, facilitando a prestação de serviços essenciais e podendo abrigar atividades espaçadas para permitir a recreação, saúde e bem-estar.

A importância do espaço público tem sido subvalorizada pelas autoridades urbanas, mas há um progressivo reconhecimento do seu papel de espinha dorsal da cidade e do desenvolvimento urbano sustentável. Segundo documentos especializados da Conferência das Nações Unidas sobre Habitação e Desenvolvimento Urbano Sustentável (Habitat III), os espaços públicos são todos os lugares de propriedade pública ou de uso público, acessíveis e desfrutáveis por todos(as) sem custo e sem fins lucrativos. Isso inclui ruas, espaços abertos e instalações públicas. O espaço público assume muitas formas espaciais, incluindo parques, praças, jardins do bairro, avenidas, ruas, calçadas, mercados e também espaços entre prédios ou acostamentos. A matriz que conecta as ruas e os



espaços públicos forma o esqueleto da cidade sobre o qual tudo mais repousa, e sua qualidade aumenta a coesão da comunidade, promovendo saúde, felicidade e bem-estar para todos(as) cidadãos(ãs).

Os espaços públicos devem ser vistos como áreas multifuncionais para a interação social, o intercâmbio econômico e a expressão cultural e devem ser desenhados e geridos com o objetivo de promover a diversidade cultural e construir sociedades democráticas e inclusivas. Os espaços públicos são locais privilegiados para exercer a cidadania, de modo que o envolvimento da comunidade local em seu desenho, gestão e manutenção tem um papel importante no empoderamento cívico e inclusão social. Para garantir que os espaços públicos sejam inclusivos para grupos vulnerabilizados, como mulheres, jovens, crianças, idosos, pessoas com deficiência, entre outros, é necessário que sejam utilizadas abordagens participativas de desenho e gestão desses espaços.

Por que os espaços públicos são importantes?

- Contribui para um senso de coesão social, interação cultural e cidadania
- O bom planejamento contribui para a melhoria da segurança e reduz o medo do crime
- Contribui para a saúde e o bem-estar
- Potencializa a mobilidade urbana e incentiva as pessoas à mobilidade ativa
- São motores do desenvolvimento econômico
- É fundamental para a sustentabilidade ambiental
- Reduz o impacto para as mudanças climáticas e o efeito de ilha de calor

Nesse sentido, devem ser estimuladas ferramentas de *placemaking* (criação de lugares), que se refere a um processo colaborativo de moldar o domínio público a fim de maximizar o valor compartilhado, com o foco no seu uso. Conforme indicado no Glossário do Objetivo de Desenvolvimento Sustentável 11 das Nações Unidas:



O espaço público como um bem comum é o fator-chave para o cumprimento dos direitos humanos, o empoderamento das mulheres e a oferta de oportunidades para a juventude. Melhorar o acesso e a participação das pessoas mais vulneráveis é uma ferramenta poderosa para melhorar a equidade, promover a inclusão e combater a discriminação no espaço público.

A relevância dos espaços públicos para a realização de uma urbanização mais sustentável foi reconhecida nas principais agendas globais, como a **Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável**, plano de ação adotado em 2015 pelos 193 estados-membros das Nações Unidas para implementação até 2030. Entre os seus 17 **Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS)**, está o ODS 11, que busca "tornar as cidades e os assentamentos humanos inclusivos, seguros, resilientes e sustentáveis", especificamente fazendo referência ao tema, relacionando segurança pública, espaços públicos e planejamento urbano, a meta 11.7 indica: "Até 2030, proporcionar o acesso universal a **espaços públicos seguros, inclusivos, acessíveis e verdes**, particularmente para as mulheres e crianças, pessoas idosas e pessoas com deficiência". O Brasil adaptou a meta para expandi-la a mais grupos vulnerabilizados, indicando a meta nacional de "Até 2030, proporcionar o acesso universal a espaços públicos seguros, inclusivos, acessíveis e verdes, em particular para as mulheres, crianças e adolescentes, pessoas idosas e pessoas com deficiência, e demais grupos em situação de vulnerabilidade".

Complementar à essa agenda global, a **Nova Agenda Urbana**, adotada em 2016, em Quito, Equador, orienta sobre como uma urbanização bem planejada e bem gerida pode ser uma força transformadora para acelerar a implementação das dimensões urbanas dos ODS, em especial o ODS 11. O documento definiu padrões globais para o alcance do desenvolvimento urbano sustentável, repensando a forma como construímos, gerenciamos e vivemos nas cidades nos próximos 20 anos. Os espaços públicos foram mencionados em 10 parágrafos da agenda, sendo duas vezes na seção referente à visão compartilhada, ao vislumbrar cidades e assentamentos humanos que:

(b) sejam participativos; promovam a participação cívica; estimulem sentimentos de pertencimento e apropriação entre todos seus habitantes; priorizem espaços públicos seguros, inclusivos, acessíveis, verdes e de qualidade, adequados para famílias; fortaleçam interações sociais e intergeracionais, expressões culturais e participação política, conforme o caso; e propiciem a coesão social, a inclusão e a segurança em sociedades pacíficas e plurais, nas quais as necessidades dos habitantes sejam satisfeitas, reconhecendo as necessidades específicas daqueles em situação de vulnerabilidade.



(c) alcancem igualdade de gênero e empoderem todas as mulheres e meninas, garantindo a participação plena e efetiva das mulheres e direitos iguais em todas as áreas e em funções de liderança em processos decisórios em todos os níveis; garantindo emprego decente e remuneração igual para trabalho igual ou de igual valor para todas as mulheres; e previnam e eliminem todas as formas de discriminação, violência e assédio contra mulheres e meninas em espaços públicos e privados.

Além da visão, oito menções foram relacionadas aos compromissos e tendo como foco principal a promoção de "espaços públicos abertos, multifuncionais, seguros, inclusivos, acessíveis, verdes e de qualidade" e sua importância para as **dimensões ambiental, econômica e social**, inclusive para a prevenção ao crime e a violência.



Social

- Participação cívica
- Espaços multifuncionais
- Promover a saúde humana e o bem estar
- Expressão cultural
- Inclusão de grupos vulnerabilizados
- Combate ao assédio e à violência de gênero
- Acessibilidade para pessoas com deficiência
- Interação social
- Desenvolvimento humano
- Desenvolvimento social



Econômico

- Intercâmbio econômico
- Desenvolvimento econômico
- Uso comercial no pavimento térreo
- Promover mercados informais e formais



Ambiental

- Resiliência urbana a desastres e mudanças climáticas
- Conservação da biodiversidade
- Segurança alimentar
- Melhoria da qualidade do ar



- | | | |
|--|--|--|
| <ul style="list-style-type: none">- Prevenção do crime e da violência- Caminhabilidade e mobilidade ativa- Evitar a segregação socioespacial | | |
|--|--|--|

O documento ilustrado da Nova Agenda Urbana enfatiza como um de seus principais mecanismos de implementação o **desenho urbano**, pontuando alguns princípios fundamentais que se aplicam tanto ao desenho urbano no nível da cidade quanto no nível do bairro ou de um espaço público específico:

- **Claro e inclusivo:** o processo de planejamento e desenho urbano deve ser claro e inclusivo, permitindo que os setores público, privado e comunitário contribuam com suas vozes.
- **Domínio público:** expandir, proteger e promover o domínio público e melhorar a habitabilidade dos bairros urbanos.
- **Senso de lugar:** criar e proteger um senso único de lugar, incorporando a história e a cultura intangível de diversos bairros, espaços públicos vibrantes e áreas naturais em iniciativas de planejamento e políticas.
- **Detalhes do desenho:** abordar detalhes em cada etapa, abrangendo várias escalas, desde detalhes de espaço público até planejamento e iniciativas políticas em larga escala.
- **Segurança e conforto:** garantir a segurança e trazer conforto aos habitantes.

3. Abordagem do ONU-Habitat

O ONU-Habitat é a agência das Nações Unidas responsável pela promoção do desenvolvimento urbano sustentável. Em 2011, os estados-membros determinaram que faria parte



do mandato da organização a responsabilidade de trabalhar com espaços públicos através do desenvolvimento e promoção de políticas de espaço públicos e placemaking, coordenação da rede de parceiros da área, consolidação e disseminação do conhecimento e apoio direto às cidades em iniciativas relacionadas ao tema.

O ONU-Habitat apoia cidades, governos locais e outros atores na criação e promoção de ruas e espaços públicos socialmente inclusivos, integrados, conectados, ambientalmente sustentáveis e seguros, especialmente para as populações mais vulnerabilizadas, fornecendo assessoria de políticas, apoio técnico, capacitação, compartilhamento de conhecimento e orientação em todo o mundo sobre todas as dimensões de melhoria do espaços públicos, desde o diagnóstico até o planejamento e a gestão. Este processo é enriquecido pelas melhores práticas e políticas da rede global de organizações parceiras.

3.1. Programa Global de Espaços Públicos

O ONU-Habitat lançou em 2012 o Programa Global de Espaços Públicos, agora atuante em mais de 75 cidades em todo o mundo. O Programa propõe uma abordagem interativa do espaço público que inclui uma variedade de ferramentas normativas e operacionais, metodologias e práticas que apoiam os governos locais e nacionais e outros parceiros para tornar os espaços públicos mais seguros, inclusivos, acessíveis e verdes. O ONU-Habitat desenvolveu uma abordagem integrada e multiescalar, que abrange cidades, bairros e territórios individuais e aplica uma abordagem personalizada a cada escala. O Programa emprega diversas estratégias para apoiar o desenvolvimento dos espaços públicos:

- **Estratégias municipais:** o maior foco do Programa é promover uma estratégia e plano integrado para todo o território da cidade, através de um diagnóstico abrangente que informa o planejamento estratégico.
- **Programas piloto em espaços públicos específicos:** fornecem pontos de entrada estratégicos para a melhoria dos espaços públicos, bem como para demonstrar abordagens participativas, implementação e gerenciamento do espaço público.
- **Parcerias e trabalho em rede:** parceiros envolvidos na implementação de projetos em nível municipal. As experiências e melhores práticas são trocadas anualmente no Fórum Urbano Mundial e/ou na Conferência sobre o Futuro dos Lugares.



- Gestão do conhecimento, *advocacy* e ferramentas.
- Monitoramento do alcance das metas e indicadores relacionados a espaços públicos na Agenda 2030.

4. Metodologia para a elaboração do relatório de diretrizes

O relatório “Diretrizes para melhorar a prevenção ao crime e à violência por meio da governança, gestão e planejamento urbano nos espaços públicos de Pernambuco” terá como uma de suas principais bases metodológicas a “**Avaliação de Espaços Públicos Específicos**” (*Public Space Site-specific Assessment*). Essa metodologia foca em espaços públicos selecionados e consiste em uma série de atividades e ferramentas para avaliar a qualidade dos espaços públicos através de 5 dimensões (uso e usuário; acessibilidade; serviços e equipamentos; conforto e segurança; e ambiente verde) e seus 20 indicadores, e tem por objetivo influenciar, por meio de um processo participativo, o desenho desses territórios. Com o objetivo de melhorar a prevenção ao crime e à violência, a dimensão 4 (**conforto e segurança**) receberá uma maior ênfase na avaliação e diretrizes propostas. Através de métodos qualitativos e quantitativos, são orientadas formas de coletar informações necessárias para tornar os espaços públicos mais seguros, inclusivos e acessíveis, propondo um desenho inovador e soluções de planejamento.

Neste relatório, também será utilizada a abordagem do ONU-Habitat para segurança urbana, presente no Programa Cidades Mais Seguras (*Safer Cities Programme*)¹ do ONU-Habitat e seus materiais de referências. Para o ONU-Habitat, “uma cidade segura é aquela que equilibra a aplicação e a prevenção, investimento na juventude e o desenvolvimento dos pontos fortes dos bairros e comunidades” e os três pilares para uma cidade segura são: (i) ações de prevenção social focadas em grupos vulnerabilizados; (ii) aplicação da lei; (iii) desenho urbano, planejamento e gestão.

4.1. Abordagem participativa

¹ O Programa Cidades Mais Seguras é explorado em detalhes no P1.1 Nota Metodológica Auditoria de Segurança das Mulheres.



A participação pública e a inclusão de grupos marginalizados nos processos de projeto e tomada de decisões têm sido a peça fundamental do Programa Global de Espaços Públicos desde o seu início em 2012. A abordagem de planejamento e projeto urbano do ONU-Habitat coloca as pessoas no centro e reconhece como fundamental e eficaz o engajamento dos(as) moradores(as) desde o início. O planejamento urbano é um processo complexo que está além do alcance de qualquer governo local ou indivíduo. Os(as) moradores(as) conhecem melhor do que ninguém suas cidades e bairros e podem contribuir com ideias inestimáveis para fortalecer o processo de planejamento e projeto. Muitas vezes, o não engajamento da comunidade tem resultado em políticas mal sucedidas, decisões de planejamento ruins e investimentos fracassados. Para isso, o envolvimento antecipado e abrangente da comunidade pode reduzir a probabilidade de erros de planejamento e de projeto.

A abordagem de participação da comunidade local busca garantir que o intercâmbio entre a comunidade, os(as) especialistas e as autoridades locais ocorra através de diversas atividades que conjuntamente irão orientar as diretrizes e avaliações. Por isso, as **oficinas participativas** são as peças fundamentais para a elaboração do relatório. A ferramenta também analisa a percepção e o sentimento dos indivíduos no espaço público; um indicador não-físico que proporciona *insights* experimentais mais profundos sobre o território.

4.2. Estrutura metodológica

Fase	Atividades	Passo-a-passo
Pré-avaliação	Preparação do projeto	- Seleção dos dez territórios - Mapeamento de atores - Cronograma e plano de ação - Definir raio caminhável (aproximadamente 400 m. de distância) - Estratégia de participação
	Pesquisa documental e bibliográfica	- Documento de informações qualitativas e quantitativas dos territórios (mapas, estudos, quadro legal, imagens, etc.)



Coleta de dados	Observações	- Sessões de observação - Coleta de dados estruturada: fotos, mapas e medidas - Mapeamento de funções, serviços, infraestrutura, atividades, elementos e problemas
	Avaliação da qualidade do espaço público	- Estabelecimento de parceria com atores-chave - Contato e aproximação com atores e população local - Avaliação dos espaços públicos de acordo com as cinco dimensões (ver 4.3) através de métodos e ferramentas (pesquisa de campo, entrevistas, discussões de grupos focais, caminhadas exploratórias, entre outros)
Análise	Mapa de resultados	- Mapear desafios e oportunidades de acordo com as 5 dimensões
	Classificação de qualidade	- Classificação de cada uma das 5 dimensões e ranqueamento das prioridades
	Oficina participativa de desenho do espaço público	<u>Preparação</u> - Definição da metodologia e ferramentas específicas das oficinas (ver 4.4) - Preparar agenda detalhada e materiais necessários - Preparação dos mapas, fotos e ferramenta de geolocalização a serem utilizados na oficina - Definir grupo amostral (30 a 60 pessoas) com ampla representatividade da população local e de grupos vulnerabilizados (população de baixa renda, mulheres, jovens, idosos, crianças e pessoas com deficiência) - Definição de data, local e logística das oficinas em cada território - Convite aos participantes - Preparação de ferramentas e apoio tecnológico a serem utilizadas na oficina <u>Oficina</u>



		- Introdução dos participantes aos fundamentos dos espaços públicos e considerações gerais de desenho para o território selecionado - Alinhamento das expectativas e objetivos - Observação e caminhada exploratória no território com o grupo e documentação com imagens para a identificação de desafios e oportunidades - Compartilhar reflexões e observações - Treinamento dos participantes acerca da metodologia e etapas da oficina - Divisão em grupos de trabalho de 3 ou 4 pessoas para o desenvolvimento de propostas (definir grupos mistos da população local e grupos técnicos especializados) - Elaboração prática dos modelos para o território - Apresentação individual dos modelos de cada grupo para todos os participantes - Sistematização das ideias e elementos propostos de todos os grupos - Priorização coletiva das melhorias propostas - Preparação da lista final de prioridades - Preparação do modelo final de desenho do espaço público <u>Pós-oficina</u> - Preparação do plano com orçamento estimado - Relatoria das oficinas - Devolutiva ao grupo local participante
	Recomendações	- Revisar com a equipe técnica todas as informações das atividades anteriores - Consolidar recomendações prioritárias de acordo com as 5 dimensões - Revisar políticas de desenho e padrões para avaliar a viabilidade e aplicabilidade



		- Preparar mapa unificado de recomendações e prioridades com indicação de viabilidade, impacto e tempo - Validar os resultados com o grupo de atores selecionados - Entrega do relatório de diretrizes - Acompanhamento dos próximos passos
--	--	--

4.3. Dimensões e indicadores

Dimensões	Indicadores
I. Uso e usuário A dimensão se concentra em como o espaço está sendo utilizado e por quem. Um espaço público de boa qualidade é aquele projetado para acomodar todos, onde pessoas de todas as origens podem passar um tempo considerável desfrutando do espaço, especialmente os grupos mais vulneráveis. Através desta dimensão, pode-se analisar como o espaço é inclusivo, observando a variedade de usuários e o tipo de atividades que estão ocorrendo.	• Número e variedade de usuários acessando o espaço público • Número e variedade de atividades observadas no espaço público ao longo do tempo e espaço
II. Acessibilidade Esta dimensão se concentra no acesso ao território em termos de percepção e no aspecto físico. Um espaço público deve ser facilmente acessível a pé, de bicicleta ou utilizando transporte público, especialmente por idosos e pessoas com deficiências. Um espaço público deve ser aberto para todos e todas sem ter nenhum tipo de custo, portanto, a dimensão também considera restrições de uso (uso operacional) e normas	• Acessibilidade e presença de equipamentos qualitativos e inclusivos para veículos privados • Acessibilidade e presença de equipamentos qualitativos e inclusivos para bicicletas • Acessibilidade e presença de equipamentos qualitativos e inclusivos para pedestres



legais. Por fim, a percepção da acessibilidade também é avaliada, por exemplo, se as pessoas se sentem bem-vindas e confortáveis para ir ao espaço público.	• Acessibilidade e presença de equipamentos qualitativos e inclusivos para transportes públicos
III. Serviços e equipamentos Os serviços e equipamentos são as características que tornam os espaços públicos mais atraentes. Isto pode incluir, mas não está limitado a, equipamentos para brincar, descansar, comer e beber, bem como comodidades como iluminação, lixeiras e banheiros, entre outros. Esta dimensão analisa sua disponibilidade, distribuição e condição de qualidade. Os serviços e equipamentos também devem ser inclusivos, atendendo às necessidades dos diferentes grupos da vizinhança.	• Presença e qualidade de iluminação • Presença e qualidade de equipamentos para estruturas recreativas • Presença e qualidade de locais para sentar • Presença e qualidade de lixeiras • Presença e qualidade de bicicletários • Presença e qualidade de sinalização e itens de emergência • Presença e qualidade de água e sanitários
IV. Conforto e segurança Esta dimensão analisa a percepção das pessoas e como elas se sentem, o que pode ter um grande impacto sobre seu bem-estar e o tempo que passam em um espaço público. Lugares bem conservados são muitas vezes percebidos como confortáveis e seguros, enquanto espaços depredados e mal conservados podem ter o efeito oposto. Cheiro, som, vista, condição física e a identidade geral de um espaço podem ser obstáculos para o conforto. A percepção de segurança é subjetiva, enquanto algumas pessoas podem se sentir seguras usando um espaço, outras se sentem ameaçadas por falta de visibilidade, concentração de certos grupos, falta de atividades ou eventos históricos.	• Percepção de segurança e nível de segurança do espaço público • Qualidade da experiência sensorial • Conforto geral na utilização do espaço público, através da manutenção, desenho e condições ambientais • Presença de uma identidade do espaço público, determinado por histórico cultural e satisfação dos usuários



V. Ambiente verde

Esta dimensão trata de aspectos ambientais que podem contribuir para melhorar a saúde e o bem-estar da comunidade local. Os espaços verdes proporcionam um equilíbrio entre o desenvolvimento e a natureza e têm sido cada vez mais procurados nas cidades mais densas. Espaços públicos bem projetados com cobertura verde adequada e gestão da água podem ter um grande impacto sobre a qualidade do ar e reduzir a poluição sonora, bem como reduzir o calor e a temperatura. Árvores, grama e outras vegetações verdes proporcionam habitat para a vida selvagem, previnem a erosão do solo e apóiam a adaptação e mitigação dos efeitos das mudanças climáticas.

- Presença e qualidade da biodiversidade no espaço público
- Resiliência ambiental e comunitária
- Presença de elementos de eficiência energética no espaço público

4.4. Métodos e ferramentas para as oficinas participativas de desenho de espaços públicos

O ONU-Habitat utiliza uma variedade de métodos participativos para que as necessidades da comunidade local sejam consideradas e refletidas no desenho final. Recentemente, a participação digital ganhou força e se provou eficaz na difusão das vozes dos grupos vulnerabilizados no processo de planejamento. Dois exemplos são os métodos do Block by Block, que utiliza o jogo de computador Minecraft e o aplicativo Kobo Toolbox.

- **Block by block:** essa oficina utiliza o jogo de computador Minecraft para desenhar o espaço público de forma participativa, com e pela comunidade, em um modelo 3D, como uma ferramenta de participação e engajamento comunitário na concepção e implementação de projetos de espaço público. A metodologia é realizada através de uma parceria entre as empresas Mojang, Microsoft e ONU-Habitat.



- **Kobo Collect:** aplicativo móvel gratuito e de código aberto que utiliza um questionário estruturado que pode ser modificado para se adequar a qualquer contexto, bem como avaliar as prioridades dos espaços públicos para qualquer cidade.

Por outro lado, é importante adotar métodos e ferramentas adequados para diferentes grupos, uma vez que já foi possível observar pela experiência de projetos anteriores que alguns métodos com foco na tecnologia podem ser desafiadores para alguns grupos, assim como alguns métodos mais técnicos desafiadores para grupos não especializados. Dessa forma, a comunicação verbal e visual também deve ser simples e direta e adequada à linguagem local. A seleção e composição dos métodos e ferramentas será feita, sem prejuízo da qualidade das contribuições, de acordo com avaliação prévia de pertinência e também levando em conta limitações relacionadas às diretrizes das Nações Unidas e dos governos locais durante a pandemia da COVID-19 no período previsto para a realização das oficinas. A seguir, alguns métodos e ferramentas que podem ser selecionadas e/ou combinadas:

- Mapas colaborativos de avaliação, problemas e desejos para o espaço público
- Questionários virtuais em tempo real
- Nuvem de palavras para captar percepções e desejos
- Painéis de desejos
- Construção de maquetes simplificadas
- Uso de jogos físicos como o "Lego"
- Quadros físicos de percepções, desejos e propostas ou problemas e soluções
- Uso de ferramentas online de georreferenciamento e mapeamento
- Facilitação gráfica dos debates da oficina
- Urbanismo tático para intervenções imediatas e visualização
- Exercícios de *placemaking* e projeção na escala real
- Exercícios lúdicos que incorporem referências culturais locais
- Mapas mentais e sensoriais que valorizam o fator simbólico
- Ilustrações, colagens e desenhos
- Intervenções utilizando fotos aéreas



4.5. Recomendações a partir de lições aprendidas

- Aproveitar a confiança, relação e engajamento dos(as) participantes após as oficinas através de uma série de outras atividades. O *placemaking* pode ser uma atividade útil que mostra como podem ser os resultados a longo prazo, tomando ações a curto prazo.
- Assegurar uma boa amostragem da comunidade engajada a fim de ter uma representação equitativa da vizinhança. Os(as) participantes devem ser misturados por idade, raça, gênero, classe social, etc. Entretanto, também é aconselhável convidar grupos focais como mulheres e pessoas com necessidades especiais e grupos técnicos de especialistas para se juntarem às oficinas.
- Incorporar os resultados da comunidade nos projetos e planos. É importante, após a participação do público, que o *feedback* e as prioridades sejam traduzidos e integrados no projeto do espaço público.

5. Conclusão

Os próximos passos deste produto incluem, em primeiro lugar, a definição dos territórios a serem trabalhados; em seguida, o mapeamento de organizações da sociedade civil e atores relevantes nesses territórios; o mapeamento de equipamentos públicos e serviços presentes; a pesquisa bibliográfica e documental sobre essas áreas; o contato, aproximação e sensibilização dos atores mais relevantes e escolha dos espaços públicos para realização das oficinas nos territórios. É importante que os territórios e espaços públicos definidos estejam incluídos na área de atuação da Secretaria de Políticas de Prevenção à Violência e às Drogas do estado de Pernambuco e/ou outras secretarias envolvidas no tema para que um acompanhamento desse engajamento possa ser feito posteriormente de forma sustentável e contínua.

Neste produto apresentamos métodos e ferramentas do ONU-Habitat para o desenho de espaços públicos mais acessíveis, inclusivos e seguros. Esses métodos e ferramentas poderão ser utilizados nas oficinas participativas de desenho de espaços públicos que subsidiará o relatório “Diretrizes para melhorar a prevenção ao crime e à violência por meio da governança, gestão e planejamento urbano nos espaços públicos de Pernambuco” a ser entregue em agosto de 2021. O



ONU-Habitat, como agência focal do Sistema ONU para o desenvolvimento urbano sustentável acumula expertise no tema com referências, publicações, redes de atuação, boas práticas e lições aprendidas em diversas cidades do mundo. Com isso, por meio do Programa de Prevenção ao Crime e à Violência de Pernambuco, o ONU-Habitat contribuirá com diretrizes para melhorar a prevenção ao crime e à violência por meio da governança, gestão e planejamento urbano nos espaços públicos no estado de Pernambuco.

Fontes

ONU (2015), Documentos Temáticos da Habitat III - Espaço Público. Disponível em: https://uploads.habitat3.org/hb3/11-Espa%C3%A7o-P%C3%BAblico_final.pdf

ONU (2015), Transformando Nosso Mundo: a Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável. Disponível em: http://www.itamaraty.gov.br/images/ed_desenvsust/Agenda2030-completo-site.pdf

ONU (2018), Glossário ODS 11. Disponível em: <https://www.br.undp.org/content/brazil/pt/home/library/ods/glossario-ods-11.html>

ONU (2019), Nova Agenda Urbana (PT/BR). Disponível em: <https://uploads.habitat3.org/hb3/NUA-Portuguese-Brazil.pdf?fbclid=IwAR2koIM7MtgBh6i57G4fxWeWpbK52Jr7sXlrGdBbJF81bF2GSzY527FWdAY>

UN-Habitat (2015), Global Public Space Toolkit From Global Principles to Local Policies and Practice. Disponível em: https://unhabitat.org/sites/default/files/2019/05/global_public_space_toolkit.pdf

UN-Habitat (2016), Using Minecraft for Community Participation. Disponível em: <https://unhabitat.org/manual-using-minecraft-for-community-participation#:~:text=UN%2DHabitat%20has%20been%20working,design%20of%20urban%20public%20spaces>



UN-Habitat (2019), Global Public Space Programme: Annual 2019 Report. Disponível em:
<https://unhabitat.org/the-global-public-space-programme-annual-report-2019>

UN-Habitat (2020), Catalogue of Services. Disponível em: www.unhabitat.org/2020-catalogue-of-services

UN-Habitat (2020), Public space site-specific assessment: Guidelines to achieve quality public spaces at neighbourhood level:
https://unhabitat.org/sites/default/files/2020/07/final_pssa_v.1_reviewed_compressed.pdf

UN-Habitat (2020), The New Urban Agenda Illustrated. Disponível em:
https://unhabitat.org/sites/default/files/2020/12/nua_handbook_14dec2020_2.pdf

UN-Habitat, I make my city safer toolkit. Disponível em:
<https://unhabitat.org/sites/default/files/download-manager-files/Safer%20Cities%20City%20Changer%20Toolkit.pdf>

Plataformas e redes

Rede Global de Laboratórios de Planejamento e Desenho Urbano: apoia os governos locais e reúne planejadores locais e internacionais para trabalhar em projetos concretos. A Rede dissemina os princípios de planejamento sustentável do ONU-Habitat, defende o planejamento como um processo cíclico e participativo que envolve a sociedade civil, o setor privado e os tomadores de decisão.

Rede Global para Cidades Mais Seguras: plataforma internacional para cidades e atores envolvidos na prevenção do crime e melhoria da segurança urbana nas cidades.

Fórum Futuro dos Lugares: colaboração entre o ONU-Habitat, fundação Ax:son Johnson e Projeto para Espaços Públicos, com o objetivo de advogar sobre a importância do espaço público e placemaking no planejamento urbano.